

Alagamento destruiu arquivos históricos

Primeiro piso da Câmara de Porto Alegre foi totalmente atingido pela enchente e impacto financeiro ainda é calculado

RAFAEL RENKOVSKI*

Palco de importantes decisões da política municipal, a Câmara de Porto Alegre é sediada no Palácio Aloísio Filho, na avenida Loureiro da Silva, desde 1986, quando foi inaugurado na data do centenário do Dia do Trabalhador. Momentos tensos estão presentes no cotidiano democrático da Casa, mas um dos mais críticos, no entanto, é vivido atualmente, após os impactos das enchentes de maio deste ano nas estruturas do prédio e na rotina do Legislativo.

Na entrada pelo pórtico principal onde está escrito "Câmara Municipal", os arbustos exibem o nível a que a água chegou na região em maio, com uma pequena parte verde restante entre o marrom da lama. "Nunca imaginei que a água entraria nas dependências da Câmara", comenta o presidente, Mauro Pinheiro (PP). E entrou. O primeiro piso foi totalmente atingido pelas águas e, para a recuperação, será necessária a realização de uma reforma geral, principalmente nas salas. Entre outros,

os setores da taquigrafia e dos serviços de atividades complementares, que ali estão, se encontram com as mesas empilhadas, com o piso flutuante quebrado e com os móveis de madeira mofados. O cheiro, que já foi pior, como contam os funcionários, impregna o local.

Cláudia Helena da Cunha Inácio chefia a seção do memorial. No dia 5 de maio, em um domingo atípico de sol em meio ao caos que se instaurava em Porto Alegre, ela pegou uma bicicleta e foi, sozinha, tentar salvar o máximo possível do acervo instalado na sala, aproveitando que reside nas proximidades. Lá estão gravações, documentos e arquivos que contam a história do Legislativo da Capital. À luz de lanterna, no prédio que já não tinha energia, Cláudia passou o dia colocando os objetos em locais que a água possivelmente não atingiria. Muito foi salvo, mas conta que, como estava sozinha, não conseguiu resgatar as memórias mais pesadas, como os 3 mil DVDs encharcados de um conjunto com cerca de 15 mil, além de outros arquivos.

Os livros, pastas e documen-



Arquivos da história da Capital ficaram molhados por causa da enchente

tos, que foram molhados, estão em uma sala aguardando um destino breve para que possam ser salvos. Para isso, uma equipe de servidores trabalha diariamente no acervo.

Também funcionária do memorial, Maria Clara Bastos prevê que o trabalho de recuperação não será fácil. A ideia é contratar uma empresa para congelar os arquivos e evitar que os fungos se proliferem ainda mais. Já foi aberta uma licitação, mas o processo engatinha. Outra ideia é usar radiação para recuperar parte do acervo, mas isso

exigiria o envio do material para São Paulo, onde o trabalho é realizado por especialistas.

CUSTO. Segundo Pinheiro, o mais afetado pelas inundações foi a subestação de energia que abastece o prédio. Ele fala que, com otimismo, será recuperado em 45 dias, ou seja, apenas na volta do recesso parlamentar. Um dos engenheiros da Casa, Paulo Rogério Aumond estima, ainda sem uma avaliação oficial, que os gastos apenas com o transformador da subestação serão acima dos R\$ 100 mil. No to-

CONTEÚDO

Aponte a câmera do seu smartphone para o QR Code ao lado e veja as fotos de como está o prédio da Câmara de Porto Alegre.



tal, deve passar dos R\$ 500 mil. O conserto do transformador será em Santa Catarina, por empresas especializadas na secagem.

Até lá, a atividade parlamentar segue híbrida, já que os gastos com o gerador contratado são altíssimos. Apenas às segundas e quartas-feiras, dias de sessão plenária, o trabalho dos vereadores é presencial, em horário limitado das 9h30 até às 19h. Nos demais dias, o gerador funciona das 10h às 17h, com expediente exclusivo interno.

No plenário, o clima difere do restante do prédio. Em ano de eleições municipais, que impactam diretamente os vereadores, desde a volta ao fluxo normal de sessões, as movimentações são intensas. Nem tão cheias como de costume, mas não vazias, as galerias presenciam os esforços dos políticos voltados para ações pós-enchentes, comumente interrompidos por discussões polêmicas de assuntos nacionais.

*Supervisão Mauren Xavier

Parabéns, Unimed Planalto Médio/RS!

Unimed

52 anos de dedicação à saúde e ao bem-estar, reafirmando, a cada ano, o compromisso de cuidar com carinho e atenção.

ANS - n.º 367087



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

Agentes públicos e a população serão testados. De novo

Após uma trégua de cerca de duas semanas, em que o sol predominou no território gaúcho, mais uma vez, a partir deste sábado e pelos próximos dias, agentes públicos e a população do Rio Grande do Sul serão testados. Alertas da Defesa Civil e de institutos como a MetSul Meteorologia indicam, já há alguns dias, altos volumes de chuva, que podem chegar a 250 mm em alguns locais, e ventos em Porto Alegre e diversas regiões do Estado. Por ora são esperados alagamentos, não enchentes. De qualquer forma, o novo episódio ocorre em meio à tentativa de limpeza, de retorno das pessoas às suas casas, nos casos das que têm para onde voltar, e de reconstrução das infraestruturas básicas. A frequência dos eventos climáticos não tem auxiliado a reação e é um desafio a mais no delicado cenário, marcado por crises econômica e humanitária sem precedentes. Após as enchentes históricas do início de maio, outra precipitação, no dia 23, representou revés e trouxe o caos especialmente para a Capital, mas também para cidades vizinhas e do Interior. Agora, teremos outro teste. Espera-se não apenas capacidade de reação, mas especialmente um desempenho minimamente eficaz na prevenção aos danos em meio às claras fragilidades e limitações na atuação do poder público para fazer frente a eventos climáticos que não são mais casos isolados e que vieram para ficar. Com maior intensidade e mais frequência.



A ministra de Igualdade Racial, Anielle Franco, tinha um pedido principal ao governador Eduardo Leite (PSDB) em sua visita ao Estado, nesta sexta-feira: que o governo gaúcho se comprometesse a aderir e implementar a política nacional de gestão territorial e ambiental quilombola. Assinada em 2023 pelo presidente Lula, a iniciativa visa a criação de planos de ação para melhoria e reconstrução da infraestrutura de modo específico e detalhado com cada território quilombola. "A gente costuma dizer que são os quilombolas que vão manter e ajudar o combate à crise climática, assim como os indígenas", disse a ministra, destacando a consonância entre o projeto e as necessidades do Estado. Das 141 comunidades quilombolas reconhecidas no Rio Grande do Sul, 133 foram diretamente afetadas pelas enchentes. Durante o encontro, a ministra anunciou a destinação de R\$ 1 milhão em equipamentos de promoção da igualdade racial para Canoas, Caçapava do Sul, Novo Hamburgo, Dona Francisca e Santa Cruz do Sul.

Junho mais quente em 108 anos

Segundo Marcelo Schneider, do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), este mês de junho é o mais quente da série histórica em 108 anos. A informação foi dada em entrevista ao Conexão Guaíba, nesta sexta-feira, quando foram registrados 32,4 graus na estação do Jardim Botânico, em Porto Alegre.

Iniciativa seria desnecessária, não fossem tempos estranhos, diz Miola

Vice-presidente de Relações Político Institucionais da Atricon, o conselheiro Cezar Miola, do Tribunal de Contas do Estado, afirmou que, não fossem tempos estranhos, seria desnecessária uma iniciativa como a que instituiu o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas. O texto, sancionado pelo presidente Lula, nesta quinta-feira, visa elevar a cobertura vacinal da população, especialmente entre os alunos da educação infantil e do ensino fundamental. "Considerando a massa de desinformação que passou a circular em relação às vacinas, acaba sendo uma medida necessária e um grande passo no cuidado com as nossas crianças, dever do Estado e da família", disse Miola à coluna. O conselheiro tem como uma de suas principais bandeiras a defesa da educação.

APARTES

■ A Assembleia aprovou nesta semana projetos importantes. Entre eles, o chamado "Vini Júnior", de autoria da deputada Luciana Genro (PSol), que visa somar esforços no combate à discriminação em estádios de futebol e demais arenas esportivas. O texto determina o "Protocolo de Combate à Discriminação", a ser aplicado em casos de suspeita de racismo, injúria racial ou homofobia. A matéria segue agora para sanção do governador. Outra proposta avalizada em plenário, por unanimidade, obriga bares, casas noturnas e restaurantes a adotarem medidas para auxiliar mulheres que se sintam em situação de risco nas dependências dos estabelecimentos. O texto tem autoria do deputado Gaúcho da Geral (PSD).

■ A OAB/RS reunirá nesta segunda-feira, às 14h, em sua sede na Capital, deputados, especialistas e representantes da sociedade civil para tratar da retomada das atividades do Aeroporto Internacional Salgado Filho, que vem gerando impasses e polêmicas.

Colaborou Flávia Simões